



CÂMARA MUNICIPAL DE JATOBÁ-PE.

Casa Legislativa Irani Felix da Silva

Rua Rio Formoso, nº 21, Centro de Jatobá - Pernambuco.

CEP-56.470-000

CNPJ - 01.615.668/0001-06

Projeto de Lei Nº 08/2022

EMENTA: “CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO AGROPECUÁRIA NOVA TERRA”

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE JATOBÁ, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e envia para a sanção do Chefe do Poder Executivo Municipal, o seguinte Projeto de Lei:

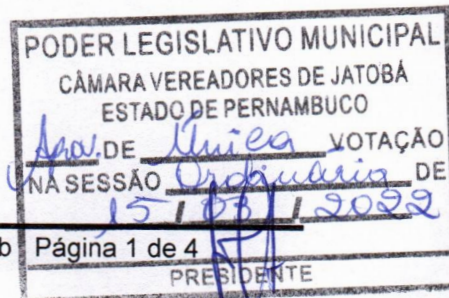
Art.1º Fica considerada de utilidade pública a **ASSOCIAÇÃO AGROPECUÁRIA NOVA TERRA**. Associação de defesa de direitos sociais, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 11 de março de 2002, CNPJ: 05.413.929/0001-66, com sede no Sítio Nova Terra, Zona Rural do Município de Jatobá-PE, às margens da BR 110, km 218.

Art. 2º. Para que a **ASSOCIAÇÃO AGROPECUÁRIA NOVA TERRA** usufrua de todos os benefícios previstos, decorrentes da presente Lei, deverá cumprir fielmente as suas funções de acordo com o que estabelece seu Estatuto, conforme cópia em anexo, parte integrante da presente Lei.

Art. 3º. Cessarão os efeitos da declaração de utilidade pública quando a beneficiada:

I – Não requerer perante o Município a expedição do necessário Alvará de Licença, válido por 01 ano, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da respectiva Lei;

II – Não requerer a renovação de seu Alvará de Licença, no prazo de 90 (noventa) dias, contados do seu vencimento;





CÂMARA MUNICIPAL DE JATOBÁ-PE.

Casa Legislativa Irani Felix da Silva
Rua Rio Formoso, nº 21, Centro de Jatobá - Pernambuco.
CEP-56.470-000 CNPJ - 01.615.668/0001-06

III – Substituir os fins estatutários ou negar-se a prestar os serviços neles compreendidos;

IV – Alterar a sua razão social ou denominação e não comunicar à Câmara Municipal de Jatobá-PE, no prazo de 90 (noventa) dias, contados do registro público, à necessária alteração da Lei respectiva;

Art. 4º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios com a **ASSOCIAÇÃO AGROPECUÁRIA NOVA TERRA**, estabelecendo a seu critério, as formas de fomento e parceria com aquela instituição, de acordo com as possibilidades financeiras, mediante prestação de contas, observado o disposto na Lei Municipal nº 480/2021.

Art.5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Jatobá -PE, em 20 de janeiro de 2022.

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA VEREADORES DE JATOBÁ
ESTADO PERNAMBUCO


BAIXE-SE A COMISSÃO DE

Em nome da Fiscalização

PARA O DEVIDO PARECER

JATOBÁ - PE *20 / 01 / 2022*

PRESIDENTE


IVALDO SILVA DANTAS JÚNIOR
VEREADOR – PL

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA VEREADORES DE JATOBÁ
ESTADO PERNAMBUCO
BAIXE-SE A COMISSÃO DE

PARA O DEVIDO PARECER
JATOBÁ - PE

PRESEIDIA



CÂMARA MUNICIPAL DE JATOBÁ-PE.

Casa Legislativa Irani Felix da Silva
Rua Rio Formoso, nº 21, Centro de Jatobá - Pernambuco.
CEP-56.470-000 CNPJ - 01.615.668/0001-06

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores:

A **ASSOCIAÇÃO AGROPECUÁRIA NOVA TERRA** é uma Associação de defesa de direitos sociais, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 11 de Março de 2002, com o CNPJ: 05.413.929/0001-66 e hoje tem sua sede no Sítio Nova Terra, Zona Rural do Município de Jatobá-PE, às margens da BR 110, km 218.

É formada pelos agricultores e pecuaristas moradores das antigas comunidades de Bem Querer de Baixo, Bem Querer de Cima, Caldeirão e Caxiado, os quais, por determinação judicial, passaram por recente desintrusão como todos nós sabemos.

A **ASSOCIAÇÃO AGROPECUÁRIA NOVA TERRA** tem por finalidade principal, o apoio e desenvolvimento de ações que visem o bem estar social da comunidade local e suas áreas de influência, no município de Jatobá-PE, e como objetivos: A Prestação de quaisquer serviços que possam contribuir para o estímulo e racionalização das atividades agropecuárias e a defesa das atividades econômicas, sociais e culturais de seus associados; Orientar, defender e reivindicar os direitos dos moradores da comunidade; Organizar a comunidade para a promoção de ações em favor das famílias mais carentes do sítio Nova Terra e Contribuir para a organização de movimento de criação de áreas verdes de preservação do meio ambiente, conforme constam em seu estatuto social.

Esses agricultores e pecuaristas, buscam por meio do associativismo, a união dos moradores da comunidade Nova Terra, para que possam fortalecer a capacidade de




CÂMARA MUNICIPAL DE JATOBÁ-PE.

Casa Legislativa Irani Felix da Silva
Rua Rio Formoso, nº 21, Centro de Jatobá - Pernambuco.
CEP-56.470-000 CNPJ - 01.615.668/0001-06

ação através do esforço conjunto, com o objetivo de ter mais força ao reivindicar e conquistar ações e políticas públicas junto ao poder público, e com isso, proporcionar melhores condições para que o produtor do campo possa crescer e ter uma vida digna em sua "Nova Terra".

Portanto, para que a Associação possa usufruir dos benefícios trazidos pela titulação de entidade de utilidade pública, e com isso, possa dar andamento e cumprimento aos seus objetivos estatutários, é que apresento este projeto de lei, solicitando aos nobres pares, que o mesmo seja aprovado, e assim, a **ASSOCIAÇÃO AGROPECUÁRIA NOVA TERRA** seja declarada de utilidade pública municipal.


NIVALDO SILVA DANTAS JÚNIOR
VEREADOR - PL



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO SÍTIO BEM QUERER DE BAIXO, MUNICÍPIO DE JATOBÁ-PE

Aos vinte sete dias do mês de junho de dois mil e dezenove, no Salão Paroquial da Paróquia de Jatobá-PE, situado na Rua Parnamirim, 23, Centro, Jatobá/PE, instalaram-se os trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária da Associação de Moradores do Sítio Bem Querer de Baixo, inscrita no CNPJ sob nº 05.413.929/0001-66, para alteração de seus estatutos. Estavam presentes os associados identificados na lista de presença que, assinada por todos, fica fazendo parte integrante da presente ata para todos os fins de direito, para deliberar alterações do Estatuto Social da Associação, na forma proposta no Edital de Convocação publicado nos termos das disposições do artigo 22 do Estatuto Social Vigente. Assumiu a presidência da Assembleia o Sr. Odaí Pedro de Araújo, que convidou a Senhora Tatiane Araújo Souza para secretária, ficando assim constituída a mesa. A Assembleia iniciou-se às 20h30m, em primeira convocação, com o quórum existente para sua realização, na forma do Artigo 20, do Estatuto Social vigente, dando o Presidente início aos trabalhos. Submeteu aos presentes a proposta de alteração do Estatuto Social da Associação. Após debates, foi unanimemente aprovado o texto estatutário que se segue:

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO AGROPECUÁRIA NOVA TERRA

CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede, Duração e Objetivo.

Art. 1º - A Associação Agropecuária Nova Terra com sede no Sítio Nova Terra, área rural do Município de Jatobá - Estado de Pernambuco, CEP 56.470-000, às margens da BR 110, KM 218, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica, administração e patrimônio próprio, com prazo e duração indeterminado, regida por este estatuto e pelas normas legais aplicáveis, tem por finalidade principal desenvolver atividades produtivas, comerciais, sociais e culturais, com auto gerencia administrativa, econômica e financeira, tornando-se um instrumento de integração, para o apoio e desenvolvimento de ações que vise o bem estar social da comunidade local e áreas de influências, no município de Jatobá - PE.

Art. 2º - A Associação terá o foro jurídico na comarca de Petrolândia no Estado de Pernambuco.

Art. 3º - O exercício fiscal coincidirá com o ano civil.

Art. 4º - São objetivos da Associação:

- a) Prestação de quaisquer serviços que possam contribuir para o estímulo e racionalização das atividades agropecuárias e a defesa das atividades econômicas, sociais e culturais de seus associados;

- b) Orientar, defender e reivindicar os direitos dos moradores do Sítio Nova Terra.
- c) Organizar a comunidade para a promoção de ações em favor das famílias mais carentes do Sítio Nova Terra.
- d) Contribuir para a organização de movimento de criação de áreas verdes de preservação do meio ambiente.

Art. 5º. Para a consecução de seus objetivos a Associação poderá:

- a) Adquirir, construir ou alugar os imóveis necessários às suas instalações administrativas, tecnológicas, de armazenamento e outras;
- b) Promover o transporte, o beneficiamento, o armazenamento, a classificação, a industrialização, a assistência técnica e outros serviços necessários à produção, servir de assessora ou representante dos associados na comercialização de insumos e da produção;
- c) Poderá filiar-se a outras entidades congêneres, pública ou privada, sem perder sua individualidade e poder de decisão.



CAPÍTULO II

Dos Associados.

SEÇÃO I

Da Admissão, Demissão, Eliminação e Exclusão.

Art. 6º. Podem ingressar na Associação Agropecuária Nova Terra, os moradores do Sítio Nova Terra que são produtores rurais proprietários, parceiros ou arrendatários, que pela ajuda mútua desejem contribuir para a realização dos objetivos da Associação, concorde com as disposições deste estatuto e forem aprovados pela Assembleia Geral.

Art. 7º. A demissão dar-se-á a pedido do associado mediante carta dirigida ao Diretor-Presidente, não podendo ser negada.

Art. 8º. A eliminação será aplicada pela Assembleia Geral ao associado que infringir qualquer disposição legal ou estatutária, depois do infrator ter sido comunicado por escrito.

Parágrafo 1º - O atingido poderá recorrer à Assembleia Geral dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação.

Parágrafo 2º - O recurso terá efeito suspensivo até a realização da primeira Assembleia Geral.

Parágrafo 3º - A eliminação considerar-se-á definitiva se o associado não tiver recorrido da penalidade, no prazo previsto no Parágrafo 1º deste artigo.

Art. 9º - A exclusão do associado ocorrerá por incapacidade civil não suprida, ou ainda por deixar de atender aos requisitos exigidos para a sua admissão ou permanência na Associação.

Paragrafo Unico - Em caso de morte do associado, a família poderá escolher um dependente para substituí-lo, desde que ele seja aprovado pela Assembleia Geral.

SEÇÃO II

Dos Direitos, Deveres e Responsabilidades.

Art. 10º São Direitos do Associado:

- a) Gozar de todos os benefícios que a Associação venha a conceder;
- b) Votar e ser votado para membro da Diretoria ou Conselho Fiscal;
- c) Discutir e votar os assuntos tratados em Assembleia Geral;
- d) Consultar todos os livros e documentos da Associação sempre que for necessário. Fica vedada a retirada dos livros e documentos da sede da Associação para consulta;
- e) Solicitar, a qualquer tempo e sob sigilo, esclarecimento e informações sobre as atividades da Associação e propor medidas que julgue de interesse para o aperfeiçoamento e desenvolvimento das mesmas;
- f) Convocar Assembleia Geral e fazer-se nela representar nos termos e nas condições previstas neste estatuto;
- g) Demitir-se da Associação quando lhe convier.

Paragrafo Unico - O associado não poderá ter vínculo empregatício com a Associação.

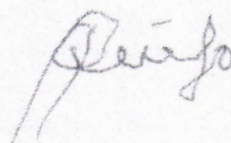
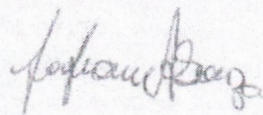
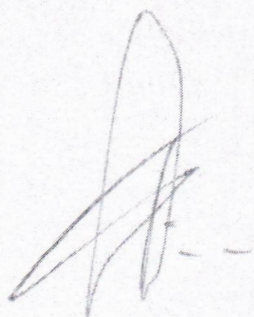
Art. 11º São deveres do Associado:

- a) Participar das Assembleias Gerais ordinárias e extraordinárias;
- b) Observar as disposições legais e estatutárias, bem como as deliberações regularmente tomadas pela Assembleia Geral;
- c) Respeitar os compromissos assumidos pela Associação;
- d) Manter em dias suas contribuições;
- e) Contribuir, por todos os meios ao seu alcance, para o bom nome e progresso da Associação;
- f) Respeitar os compromissos assumidos com a Associação.

Art. 12º - Os associados não responderão, ainda que subsidiariamente, pelas obrigações sociais.

CAPITULO III

Do Patrimônio



Art. 13º- O Patrimônio da Associação será constituído:

- a) Pelos bens de sua propriedade;
- b) Pelos auxílios, doações ou subvenções provenientes de qualquer entidade pública ou privada, nacional ou estrangeira;
- c) Pelas contribuições dos próprios associados, estabelecidas anualmente pela Assembleia Geral;
- d) Pelas receitas provenientes pelas vendas de produtos e prestação de serviços;

CAPITULO IV

Dos órgãos Sociais

SEÇÃO I

Da Assembleia Geral



Art. 14º- A Assembleia Geral dos associados é o órgão supremo da associação e dentro dos limites legais, e deste Estatuto, poderá tomar toda e qual quer decisão de interesse para a sociedade e suas deliberações vinculam e obrigam todos os associados, ainda que ausentes e discordantes.

Art. 15º- A Assembleia Geral reunir-se-á uma vez a cada 2 (dois) meses ordinariamente e extraordinariamente, sempre que for julgado conveniente.

Art. 16º- Compete à Assembleia Geral Ordinária, em especial:

- a) apreciar e votar o relatório, balanço e contas da Diretoria e o parecer do Conselho Fiscal;
- b) Eleger e empossar os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- c) Estabelecer o valor da contribuição dos associados e fixar as taxas destinadas a cobrir as despesas e outras;
- d) Conceder título honorífico a pessoas físicas ou jurídicas que por sua colaboração à associação o mereça;
- e) Deliberar sobre a admissão, eliminação ou exclusão de associados;
- f) Estabelecer normas, orientar e controlar todas as atividades e serviços da Associação;
- g) Analisar e aprovar os planos de atividades e respectivos orçamentos, bem como quaisquer programas próprios de investimento;
- h) Outros assuntos de interesse da associação.

Art. 17º- Compete à Assembleia Extraordinária em Especial:

- a) Deliberar sobre a dissolução voluntária da associação e, neste caso nomear os liquidantes e votar as respectivas contas.

- b) Decidir sobre a mudança do objetivo e mudança do estatuto, inclusive no tocante à Administração, mediante o voto concorde de dois terços dos presentes à reunião especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos metade mais um dos associados, nas convocações seguintes.
- c) Outros assuntos de interesse da associação.



Art. 18º - É competência da Assembleia Geral, Ordinária e Extraordinária a destituição da diretoria e do conselho fiscal.

Parágrafo Único - Ocorrendo a destituição a Assembleia deverá nomear diretores e conselho fiscal provisórios, até a posse dos novos, cuja eleição se fará no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 19º - O quórum para a instalação da Assembleia Geral será de, no mínimo, a metade mais um em primeira convocação e qualquer numero em segunda convocação meia hora depois.

Parágrafo 1º - Nos casos de destituição da Diretoria e Conselho Fiscal e mudança de Estatuto e Objetivos da Associação deverá ter no mínimo 2/3 dos associados em primeira convocação e metade mais um dos associados em dias com suas obrigações com a associação.

Parágrafo 2º - Cada associado terá direito a um só voto, proibida a representação e a votação será por voto secreto salvo deliberação em contrario da Assembleia Geral.

Art. 20º - A Assembleia Geral será normalmente convocada pelo presidente, mas, se ocorrerem motivos graves ou urgentes, poderá também ser convocada por qualquer outro membro da diretoria, pelo conselho fiscal ou ainda 1/5 dos associados em pleno gozo dos direitos sociais após solicitação não atendida.

Art. 21º - A Assembleia Geral Ordinária será convocada com antecedência mínima de sete dias e a Extraordinária com o mínimo de quinze dias, mediante aviso fixado nos lugares públicos mais frequentados.

Art. 22º - A mesa da Assembleia Geral será constituída pelos membros da Diretoria ou, em sua falta ou impedimento, pelos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo Único - Quando a Assembleia não tiver sido convocada pelo presidente, a mesa será constituída por quatro associados (as) escolhidos na ocasião.

Art. 23 - O que ocorrer nas reuniões de Assembleia Geral deverá constar na ATA, aprovada e assinada por todos (as) os (as) associados (as) que estiverem presentes.

SEÇÃO II

Da Administração e Fiscalização



Art. 24º - A administração e fiscalização da Associação serão exercidas, respectivamente, por uma Diretoria e por um Conselho Fiscal.

Art. 25º - A Diretoria será constituída por seis diretores efetivos, com as designações de Presidente, Vice-Presidente, 1º (º) e 2º (º) Secretários (as), 1º (º) e 2º (º) Tesoureiros (as). O Conselho Fiscal será composto por três membros efetivos e três suplentes.

Parágrafo 1º - Só poderão participar como candidatos (as) na eleição os (as) associados (as) em dias com suas mensalidades e demais obrigações perante a Associação. Os membros eleitos para Diretoria e Conselho Fiscal tomarão posse imediatamente na mesma Assembleia Geral.

Parágrafo 2º - Os mandatos da Diretoria e do Conselho Fiscal terão duração de dois anos, eleitos entre os associados(as) em pleno gozo de seus direitos sociais, permitidas uma reeleição, com renovação obrigatória de 1/3 (um terço).

Parágrafo 3º - A Assembleia Eletiva nomeará a comissão eleitoral composta por três membros que procederá a eleição e dará posse aos eleitos na mesma assembleia.

Parágrafo 4º - Concluídos os trabalhos do pleito e entregues todos os documentos e materiais utilizados à Diretoria, a Comissão Eleitoral será dissolvida automaticamente, sem maiores formalidades.

Parágrafo 5º - Nos impedimentos superiores a noventa dias ou vagando a qualquer tempo algum cargo da Diretoria, os membros restantes deverão convocar a Assembleia Geral para devido preenchimento.

Art. 26º - Compete à Diretoria, em especial:

- a) - Propor à Assembleia Geral o valor da contribuição anual dos (as) associados (as) as taxas destinadas a cobrir as despesas operacionais e outras.
- b) Contrair obrigações, transigir, alienar ou onerar bens móveis, ceder direitos e construir mandatários, com expressa autorização da Assembleia Geral.
- c) Adquirir, alienar bens imóveis, com a expressa autorização da Assembleia Geral.
- d) Indicar o banco ou os bancos nos quais deverão ser feitos os depósitos dos numerários disponíveis e propor à Assembleia Geral o limite máximo que poderá ser mantido em caixa.
- e) Zelar pelo cumprimento das disposições legais e estatutárias e pelas deliberações tomadas em Assembleia Geral.
- f) Deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral.
- g) Apresentar à Assembleia Geral Ordinária o relatório das contas de sua gestão, bem como o parecer do Conselho Fiscal.

Art. 27º - A diretoria reunir-se-á sempre que for convocada a Assembleia Geral, ordinária e extraordinariamente.



Art. 28º - Compete ao Presidente:

- a) Administrar e representar a Associação, ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente e praticar os atos de gerenciamento da Associação, dirigir e coordenar todas suas atividades internas e externas, de acordo com os fins e objetos na forma de lei dos Estatutos.
 - b) Supervisionar as atividades da Associação, através de contatos assíduos com os membros da diretoria.
 - c) Autorizar os pagamentos aprovados antecipadamente pela Assembleia Geral e verificar frequentemente o saldo de caixa.
 - d) Convocar e presidir as reuniões da Assembleia Geral.
 - e) Apresentar à Assembleia Geral, o relatório e o balanço mensal, com o parecer do Conselho Fiscal.
- Representar a Associação em juízo e fora dele.

Art. 29º - Compete ao Vice-Presidente assumir e exercer as funções de Presidente, no caso de ausência ou vacância.

Art. 30º - Compete ao (a) Secretário (a):

- a) Lavrar ou mandar lavrar as atas das reuniões da Assembleia Geral, tendo sob sua responsabilidade o livro de ata.
- b) Elaborar ou mandar elaborar a correspondência, relatórios e outros documentos análogos.
- c) Zelar para que a contabilidade da Associação seja mantida em ordem e em dia.
- d) Verificar e visar os documentos de receitas e despesas.
- e) Substituir o Vice-Presidente no caso de ausência ou vacância.

Art. 31º - Compete ao 2º secretário (a) assumir e exercer as funções do 1º secretário, no caso de ausência ou vacância.

Art. 32º - Compete ao (a) tesoureiro (a):

- a) Arrecadar as receitas e depositar o numerário no Banco ou Bancos indicados pela diretoria.
- b) Proceder exclusivamente através de cheques bancários aos pagamentos autorizados pelo Presidente.
- c) Proceder ou mandar proceder à escrituração do livro auxiliar, visando e mantendo-o sob sua responsabilidade.
- d) Zelar pelo recolhimento das obrigações fiscais, tributárias, previdenciárias e outras devidas ou da responsabilidade da Associação.

Art. 33º - Compete ao 2º (*) Tesoureiro (a) substituir o 1º (*) em caso de ausência ou vacância.

Art. 34º - Compete ao Conselho Fiscal apresentar à Assembleia Geral relatório com o parecer sobre todas as atividades da Associação.

Art. 35º - Regimento Interno - O regimento interno será constituído com base neste estatuto por normas estabelecidas pela Assembleia Geral, baixada sob forma de resolução.

Art. 36º - Para movimentação bancária, celebração de contratos de qualquer natureza, cessão de direitos e constituição de mandatários (as) será sempre necessária a assinatura do Presidente e do (a) Tesoureiro (a) e/ou de outros (as) associados (as), com previa aprovação da Assembleia Geral.

CAPÍTULO V

Da Contabilidade

Art. 37º - A contabilidade da Associação obedecerá às decisões legais ou normativas vigentes e tanto ela como os demais registros obrigatórios deverão ser mantidos em perfeita ordem e em dia.

Paragrafo Unico: As contas, sempre que possível, serão apuradas segundo a natureza das operações e serviços e o balanço será levantado a 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO VI

Dos Livros

Art. 38º - A Associação deverá ter:

- a) Livro de Matricula de Associados (as) ou Fichas.
- b) Livros de Atas das Assembleias Gerais.
- c) Livro de Presença dos (as) associados (as) em assembleias.
- d) Livro Caixa.
- e) Outros livros, fiscais, contábeis, etc., exigidos por lei e/ou regimento interno.

CAPÍTULO VII

Da Dissolução

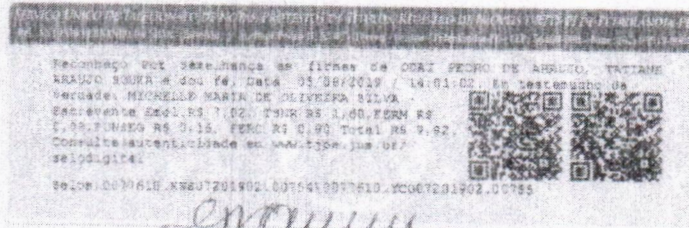
Art. 39º - A Associação poderá ser dissolvida por vontade manifestada em Assembleia Geral Extraordinária expressamente convocada para o efeito, observando os artigos 17º (dezesete) e 19º (dezenove) deste Estatuto.



Paragrafo Único - Os bens conseguidos com recursos particulares dos (as) associados (as), não serão considerados da Associação, podendo assim ser partilhados.

Das Disposições Gerais

Ato contínuo, o Presidente declarou alterado o Estatuto Social da Associação dos Moradores do Bem Querer de Baixo, na forma proposta e aprovada por esta Assembleia Geral Extraordinária. Nada mais havendo a tratar, foram declarados encerrados os trabalhos, assinando a presente ata os associados constantes da lista em anexo.





Maria Laura de Souza
Maria Nêia de Souza
Adeleta Maria de Queiroz
Anacizabel de Souza
Maria Conceição de Jesus
Adelaide Maria Queiroz de Andrade
Antônia Francisca de Jesus
Lizete Barbosa de Jesus
Lismaralda Soares de Araújo
Maristela Maria Araújo
Ana Maria de Souza
Guilmaria Ramunda dos Santos
Jovelina Gomes Neto
Belmiame Barbosa da Silva
Maria Aparecida Gomes de Barros
Suzinete Araújo da Silva
Paula de Oliveira

Serviço Único de Tabelação de Imóveis, Petrolândia - Pernambuco. Registro de Imóveis, Cartório de Petrolândia - PE.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS, AVERBAÇÃO
Nº 5074, AVERBADA AO REGISTRO 326, Petrolândia/PE,
06/08/2019 11:20:31, Selo
C077610.DLOC9201802.00999 Consulte
autenticidade em www.tjpe.jus.br/
selodigital Ass.: LEONARDO ALVES VIEIRA DE
SOUZA - Escrevente EMOL: 89,06 TSMR: 19,79
FERC: 9,90 FERM: 0,99 FUNSEG 1,98



Leonardo Alves Vieira de Souza
Escrevente Autorizado



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO 05.413.929/0001-66 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 11/03/2002
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL
ASSOCIACAO AGROPECUARIA NOVA TERRA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURIDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO
EST MARGENS DA BR 110

NÚMERO
KM 218

COMPLEMENTO
SITIO NOVA TERRA

CEP
56.470-000

BAIRRO/DISTRITO
ZONA RURAL

MUNICÍPIO
JATOBA

UF
PE

ENDEREÇO ELETRÔNICO
ITACONCONTABIL@GMAIL.COM

TELEFONE
(87) 8172-2235

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
11/03/2002

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
